



ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, FURTO QUALIFICADO, FURTO, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO, COAÇÃO AGRAVADA, INTRODUÇÃO EM LUGAR VEDADO AO PÚBLICO, DETENÇÃO DE ARMA PROIBIDA E RECETAÇÃO.

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra cinco arguidos imputando-lhes a prática de crimes de associação criminosa, furto qualificado, furto, falsificação de documento, coação agravada, introdução em lugar vedado ao público, detenção de arma proibida e recetação.

De acordo com a acusação, ficou indiciado que os cinco arguidos integram uma estrutura criminosa que tem atuado em Portugal de modo intermitente, dedicando-se essencialmente à prática de furtos em residências, entre finais de 2021 e março de 2022.

Quatro arguidos são cidadãos albaneses e contaram em Portugal com o apoio de, pelo menos, um cidadão português, também acusado, a quem incumbiu a organização de toda a logística necessária para acolher os demais durante a sua permanência, nomeadamente a procura de alojamento, a disponibilização de viaturas e o escoamento dos objetos subtraídos.

Foram subtraídos, preferencialmente, dinheiro, relógios e objetos em ouro e/ou prata, imediatamente transacionados através dos estabelecimentos de compra e venda de metais preciosos do arguido português, bem como, viaturas automóveis, utilizadas na comissão de furtos, quando as respetivas chaves foram encontradas no interior das residências furtadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

Dois arguidos encontram-se sujeitos à medida de coação de prisão preventiva.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Divisão de Investigação Criminal de Lisboa da PSP.

NUIPC 14/20.4P3LSB

Data da acusação: 20-03-2023